O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ACORDO A NATUREZA ALFABÉTICA DO SISTEMA DE ESCRITA NO BRASIL

Malena Oliveira Alho-UFPA
Malenarei2017@gmail.com
Maria do Socorro Alexandre Pereira- UFPA
soclima@ufpa.br

Resumo

A escolha do referido tema deu-se principalmente por conta de uma problemática evidenciada desde o momento apreensivo vivenciado no Brasil, no período pandêmico (2020 e 2021), que afetou negativamente o aprendizado dos alunos, em particular, das crianças em processo inicial da alfabetização.

Essa temática abordada neste artigo, apresenta-se como principal contribuição social na relação ensino-aprendizagem. Para isso, buscou-se embasamento teórico que viabilizasse permear avanços no desenvolvimento escolar dos alunos de maneira clara, simples e objetiva, facilitando a compreensão e possibilitando a aquisição do conhecimento as crianças do (1º ao 5º ano) do ensino fundamental. Com este estudo, conclui-se que é preciso que os estudantes, no processo inicial de alfabetização, conheçam o alfabeto e a dimensão da leitura/escrita– processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga compreender os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras).

Palavras-chave: Sistema de Escrita Alfabética; Alfabetização; Aprendizagem

Abstract

The choice of this theme was mainly due to a problem evidenced since the apprehensive moment experienced in Brazil, in the pandemic period (2020 and 2021), which negatively affected the learning of students, in particular, children in the initial process of literacy.

This theme addressed in this article is presented as the main social contribution in the teaching-learning relationship. For this, a theoretical basis was sought that would make it possible to permeate advances in the school development of students in a clear, simple and objective way, facilitating understanding and enabling the acquisition of knowledge for children from (1st to 5th grade) of elementary school. With this study, it is

concluded that it is necessary for students, in the initial process of literacy, to know the alphabet and the dimension of reading/writing – processes that aim for someone to become literate, that is, to be able to understand the sounds of the language (phonemes) in graphic material (graphemes or letters).

Keywords: Alphabetic Writing System; Literacy; Learning.

1 **INTRODUÇÃO**

A escolha de um tema relacionado ao Sistema de Escrita Alfabética Brasileira e sua aprendizagem por crianças da alfabetização, deu-se principalmente por conta de uma problemática evidenciada desde o momento apreensivo vivenciado no Brasil no período pandêmico (2020 e 2021), que fora os males do período, este artigo destina-se a problematizar o impacto negativo causado na aprendizagem de crianças em processo inicial da alfabetização.

Neste sentido, busca-se apresentar à comunidade acadêmica um trabalho de pesquisa bibliográfica, que analisa e descreve a alfabetização de modo mais compreensivo, que seja relevante, pois foi muito perceptível as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos alunos, bem como por docentes alfabetizadores, no período em que as aulas ocorreram remotamente.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é discorrer sobre a interpretação e aprendizagem do Sistema Alfabético da Escrita brasileiro, necessária para o aprendizado da leitura e escrita por crianças da alfabetização. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho bibliográfico, considerando as principais produções teóricas relevantes à temática e complementada pela análise de documento, no caso a BNCC.

O processo de alfabetização no Brasil, conforme orientam os documentos curriculares nacionais, está diretamente fundamentado na natureza alfabética do sistema de escrita da língua portuguesa. Embora o aluno participe de diferentes práticas pedagógicas que contribuam para seu desenvolvimento cognitivo, é nos anos iniciais que se busca uma alfabetização sólida. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica.

Embora a educação tenha significativos avanços no decorrer do tempo e isso tenha refletido em algumas mudanças positivas no sistema de ensino, como melhoria no acesso e inclusão, porém no período de pandemia verificou-se os grandes problemas enfrentados nas escolas brasileiras, o efeito nocivo se deu referente à apreensão do sistema alfabético de escrita por crianças da alfabetização, tendo em vista o ensino ocorrer pela modalidade remota, dificultando o acesso de crianças desprovidas de celular, bem como a formação deficiente de professores quanto ao domínio das tecnologias.

Para esse debate teórico, trazermos uma análise interpretativa, dialogada com autores que tratam da necessidade de as crianças que estão iniciando o processo de alfabetização escolar, necessitarem se apropriar do Sistema Alfabético da Escrita, a fim de consolidarem e fazerem uso do código de escrita, mas que, por várias razões esse aprendizado não foi possível durante a pandemia da Covid-19.

Portanto, autores como: VYGOTSKY, (1979), Ferreiro (1985), Luria e Vygotsky (2010), Leal ([2004] Emília Ferreiro (2001) e Magda Soares (2022), contribuem teoricamente com conceitos que tratam deste tema, sobretudo no sentido de defenderem o conceito de alfabetização em seus estudos como uma forma de trabalhar com a apropriação do Sistema Alfabético da Escrita da língua materna.

Assim, pode-se afirmar, que a alfabetização está relacionada ao uso da ortografia do português do Brasil escrito, em que a criança deve compreender como se dá o processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua.

Segundo a Bncc, Brasil (2018), é preciso conhecer as relações fomo-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras(grafemas) do português brasileiro escrito para se alfabetizar, aprender a ler e a escrever, fazer uso dessas duas habilidades.

Para enveredarmos por esse assunto, elaboramos alguns objetivos, no sentido de facilitar a interpretação do tema no compactuar da formação acadêmica com discentes e professores na sua prática alfabetizadora.

Assim sendo, neste artigo, objetivamos analisar a construção do sistema alfabético a partir da análise linguística/semiótica no desenvolvimento da alfabetização, de acordo com a BNCC, nos anos iniciais (1º e 2º anos); verificar como está estruturado o processo de apropriação do sistema de escrita com base na BNCC; reconhecer as características da natureza alfabética do Português brasileiro, enfatizando os modos de aprendizagem da escrita; relacionar alguns modelos de aprendizagens da escrita alfabético-ortográfica, levando em consideração o contexto sociocultural do aluno e Identificar abordagem metodológica e concepção de alfabeto e aquisição da escrita na BNCC.

Dessa forma, quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, especificamente, ainda que a complementássemos com uma análise documental, tendo como fonte a BNCC uma vez que elucidará sua análise por meio de prescrições curriculares desse documento.

Quanto aos objetivos caracterizamos a pesquisa descritiva, uma vez que apresentamos informações sobre a organização, a estrutura e a distribuição da estrutura da língua portuguesa e as previsões legais que orientam seu ensino.

2 NATUREZA ALFABÉTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Reconhecer a natureza da escrita da Língua Portuguesa é fator inicial para que o educador medeie as descobertas do educando e sua autoavaliação sobre a escrita alfabética.

Segundo Luria (2010), s, as origens deste processo remontam a muito, ainda na pré-história do desenvolvimento das formas superiores do comportamento infantil.

De acordo com esse autor, nessa época, podemos razoavelmente presumir que a criança, antes de atingir a idade escolar, já tinha desenvolvido, por si mesma, um certo número de técnicas primitivas, semelhantes àquilo que chamamos escrita e capaz~~es~~ de, até mesmo, desempenhar funções semelhantes, e é assim que a escola proporciona à criança um sistema de signos padronizados e econômico, culturalmente elaborado.

Para Luria (2010):

> Em vez de tentar avaliar visualmente as quantidades, o homem aprende a usar um sistema auxiliar de contagem, e em vez de confiar mecanicamente as

> coisas à memória, ele as escreve [...]. Em cada caso, estes atos pressupõem que algum objeto ou aparelho será usado como auxílio nesses processos de comportamento, isto é, este objeto ou aparelho desempenhará um papel funcional auxiliar. A escrita é uma dessas técnicas auxiliares usadas para fins psicológicos; a escrita constitui o uso funcional de linhas, pontos e outros signos para recordar e transmitir ideias e conceitos (Luria, 2010, p. 146).

Logo, a linguagem simbólica é uma construção psicológica e coletiva da humanidade, ou seja, perpassa pela criação e recriação mentais, mas a partir das relações sociais, das experiências coletivas, isto é:

> Mesmo nos estágios mais primitivos do desenvolvimento histórico, os seres humanos foram além dos limites das funções psicológicas impostas pela natureza, evoluindo para uma organização nova, culturalmente elaborada, de seu comportamento. A análise comparativa mostra que tal tipo de atividade está ausente mesmo nas espécies superiores de animais; acreditamos que essas operações com signos são produto das condições específicas do desenvolvimento social (Vygotsky, 1991, p. 29).

Portanto, é preciso reconhecer a natureza da escrita enquanto sistema simbólico de representação para se entender que se trata de invenção e convenção sociais, um símbolo instrumentalizado para aludir a uma realidade.

De acordo com Vygotsky (1991), essa materialidade escrita é caracterizada, inicialmente, como simbologia de segunda ordem, isso porque não representa diretamente um conceito, mas os sons da língua falada que já construiu um conceito a partir de combinações e restrições próprias do sistema fonológico da língua, mas, a posteriori, insere-se na sociedade letrada com suas próprias realizações representativas, passando a ser um símbolo de primeira ordem, como afirma:

> Um aspecto desse sistema é que ele constitui um simbolismo de segunda ordem que, gradualmente, torna-se um simbolismo direto. Isso significa que a linguagem escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada, os quais, por sua vez, são signos das relações e entidades reais.
> Gradualmente, esse elo intermediário (a linguagem falada) desaparece e a linguagem escrita converte-se num sistema de signos que simboliza diretamente as entidades reais e as relações entre elas (Vigotski, 1991, p. 70)

Na perspectiva histórico-cultural, apropria-se o uso da linguagem escrita da qual ocorre gradativamente por meio de algumas etapas de aprendizagem que se dá a partir do desenvolvimento cognitivo da criança que acontece por intermédio da interação social, brinquedo, desenho, convivência

- **Sistema de Escrita Alfabética do Português**

O Sistema Alfabético do português é composto por 26 letras, divididas entre vogais e consoantes, e é estruturado de forma a representar, principalmente, os sons da fala humana por meio de símbolos gráficos. Esse sistema é fundamental no processo de alfabetização, pois se caracteriza como o primeiro passo na formação de um leitor- escritor.

De acordo com os estudos de Soares e as diretrizes curriculares nacionais como os documento oficial como bncc, a alfabetização envolve a decodificação de palavras, ou seja, a capacidade de associar os grafemas (letras) aos fonemas (sons). Embora desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o objetivo da ação pedagógica.

Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga compreender os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do Português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras de imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafo-fônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua.

Portanto, dominar o Sistema de Escrita do Português do Brasil não é uma tarefa tão simples: trata-se de um processo de construção de habilidades e capacidades de análise e de transcodificação linguística. Um dos fatos que frequentemente se esquece é que estamos tratando de uma nova forma ou modo (gráfico) de representar o português do Brasil, ou seja, estamos tratando de uma língua com suas variedades de fala regionais, sociais, com seus alofones, e não de fonemas neutralizados e despidos de sua vida na língua falada local. De certa maneira, é o alfabeto que neutraliza essas variações na escrita.

> É preciso ampliar o repertório e a competência linguística dos aprendizes, levá-los a se apoderar da escrita e dos muitos gêneros discursivos associados a ela, sem, contudo, desprezar suas variedades

> linguísticas de origem, valorizando-as, ao contrário, como elementos formadores de sua identidade individual e social e como patrimônio cultural do país. (BAGNO, 2014, s/p).

Dessa forma podemos enfatizar que a variação linguística está relacionada com a realidade sociocultural e esse fator é essencial para a comunicação, bem como para capaz de manter o fortalecimento sociolinguístico de um determinado povo, região ou local.

Assim, alfabetizar nas escolas brasileiras, é trabalhar com a apropriação pelo aluno o sistema de escrita do português do Brasil escrito, levando-o a compreender como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante.

Para que isso ocorra, é preciso que o aluno conheça as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito. Dito de outro modo, conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc.

Todavia, ocorre que essas relações não são tão simples quanto as cartilhas ou livros de alfabetização fazem parecer. Não há uma regularidade nessas relações e elas são construídas por convenção, Brasil (2017) Não há, como diria Saussure (1916/1995), “motivação” nessas relações, ou seja, diferente dos desenhos; as letras da escrita não representam propriedades concretas desses sons. A humanidade levou milênios para estabelecer a relação entre um grafismo e um som, a representação gráfica deixou de ser motivada pelos objetos e ocorreu um deslocamento da representação do significado das palavras para a representação convencional de sons dessas palavras (Soares, Magda. Alfabetização e letramento, 2005)

Nesse contexto, Magda Soares (2022) foi uma linguista, dentre tantos outros, que se debruçou sobre o estudo do processo de alfabetização e letramento, contribuindo significativamente com a compreensão do sistema alfabético e ortográfico da Língua Portuguesa, mostrando as implicações do próprio sistema de escrita para a alfabetização.

No livro “Alfabetização: a questão dos métodos”, Magda Soares (2016) defende que a escola promova um ensino sistemático e explícito da notação alfabética e afirma existirem três facetas que englobam o processo de alfabetização em suas distintas nuances e propósitos, a saber: faceta linguística, faceta interativa e faceta sociocultural. É nessa obra que a autora explicita a faceta linguística, evidenciado a importância de o professor conhecer bem a estrutura do sistema de escrita do português, em especial, o falado e escrito no Brasil.

2.2 Consciência fonológica: a criança precisa demonstrar

Segundo José Morais (1996), consciência fonológica é uma habilidade metalinguística que se refere a representação consciente das propriedades fonológicas e das unidades constituintes da fala, incluindo a capacidade de refletir sobre os sons da fala e sua organização na formação das palavras.

Para Cardoso-Martins (1991), ela é a consciência dos sons que compõem as palavras que ouvimos e permite a identificação de rimas, de palavras que começam e terminam com os mesmos sons e de fonemas que podem ser manipulados para a criação de novas palavras.

No livro “Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever”, Magda Soares (2020) enfatiza que a consciência fonológica é essa capacidade de refletir sobre os segmentos sonoros da fala a capacidade de focalizar e segmentar a cadeia sonora que constitui a palavra e de refletir sobre seus segmentos sonoros, que se distinguem por sua dimensão: a palavra, as sílabas, as rimas, os fonemas.

A figura 1 representa os níveis de consciência fonológica necessários para que a criança chegue ao princípio alfabético:

Figura 1: Consciência fonológica

Fonte: SOARES, 2020, p. 77

O desenvolvimento da consciência fonológica associa-se a aprendizagem das letras. Inicialmente, a criança aprende que a palavra é uma cadeia sonora representada por uma cadeia de letras e compreende a diferença entre o significante e o significado – consciência lexical. Em seguida a criança torna-se capaz de segmentar a cadeia sonora das palavras em silabas, e representa as silabas por conjunto de letras consciência silábica. Finalmente, ela identifica fonemas nas sílabas e os representa por letras – consciência fonêmica.

Relacionar alguns modelos de aprendizagens da escrita alfabética, levando em consideração o contexto sociocultural do aluno, para evidenciar fatores que influenciam na aprendizagem, de acordo com autores Luria e Vygotsky, Emília Ferreira e Magda Soares**.**

As reflexões do autor (Luria e Vygotsky, Emília Ferreira e Magda Soares**)**

são, sem dúvida, pertinentes, por nos levar a entender que a questão do método de alfabetização não pode ser tratada de forma isolada nem separada do contexto mais amplo (a escola, as redes de ensino, a sociedade) em que se situa. Elas têm o mérito ainda de pôr em relevo o papel que o professor tem a desempenhar na busca de resultados positivos, o que exige do docente sensibilidade para agir como intérprete.

Para esses autores, a apropriação dessa natureza não é um processo espontâneo ou puramente cognitivo, mas uma atividade cultural e socialmente mediada que transforma as funções mentais da criança.

2.3 O desenvolvimento da escrita

Escrever é uma das funções culturais típicas do comportamento humano. Em primeiro lugar, pressupõe o uso funcional de certos objetos e expedientes como signos e símbolos (Vigotsky,1896-1934,2010).

O desenvolvimento das habilidades culturais de contagem e escrita envolve uma série de estágios nos quais uma técnica é continuamente descartada em favor de outra. Cada estágio subsequente suplanta o anterior; só após ter passado pelos estágios em que inventa seus próprios expedientes e aprendido os sistemas culturais que evoluíram ao longo de séculos, ela — a criança — chega ao estágio de desenvolvimento característico do homem avançado, civilizado (Vigostsky, 1896-1934, 2010).

As teorias baseadas na psicologia estrutural, hoje dominante — afirma que o processo de aprendizagem nunca pode atuar apenas para formar hábitos, mas que compreende uma atividade de natureza intelectual que permite a transferência de princípios estruturais implícitos na execução de uma tarefa para uma série de tarefas diversas — sustentam que a influência da aprendizagem nunca é específica (Vigostski, 2010, p.108).

A história da escrita da criança começa muito antes da primeira vez em que o professor coloca um lápis em sua mão e lhe mostra como formar letras. O momento em que uma criança começa a escrever seus primeiros exercícios escolares em seu caderno de anotações, não é, na realidade, o primeiro estágio do desenvolvimento da escrita. As origens deste processo remontam muito antes, ainda na pré-história do desenvolvimento das formas superiores do comportamento infantil; podemos até mesmo dizer que quando uma criança entra na escola, ela já adquiriu um patrimônio de habilidades e destrezas que a habilitará a aprender a escrever em um tempo relativamente curto (Luria, 2010, p. 143).

“Tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado “de maturidade” ou de “prontidão” da criança “(Ferreiro, 2001, p.9).

A construção de qualquer sistema de representação envolve um processo de diferenciação dos elementos e relações reconhecidas no objeto a ser apresentado.

Aprendizagem - processo pela qual a criança, pela mediação de outros, adquire informações sobre a escrita e habilidades com a escrita, o que possibilita que formule e reformule conceito a respeito da escrita – a aprendizagem se faz de fora para dentro (Soares, 2020, p. 52).

A partir das concepções que a criança vai progressivamente elaborando sobre a natureza da escrita alfabética, define-se procedimentos de ensino que oriente a

reformulação dessas concepções, levando-a ao avanço na compreensão desse objeto de conhecimento que é o sistema alfabético de escrita.

Nesse período inicial, não se trata propriamente de ensinar, mas de exercer a mediação da aprendizagem, atuar na zona de desenvolvimento proximal, acompanhando as capacidades disponíveis em cada momento no desenvolvimento da criança, até que ela atinja condições cognitivas e linguísticas para compreender e se apropriar plenamente do sistema alfabético (Soares, 2020, p. 119).

No que se refere a aprendizagem da escrita alfabética, cabe a escola, conhecendo o nível de desenvolvimento cognitivo e linguístico já alcançado pela criança e partindo dele, orientá-la para que avance em direção ao nível que ela já tem possibilidade de alcançar (Soares, 2020, p.53).

Porém, as crianças, à medida, que vivenciam o uso da escrita em seu contexto familiar, cultural e escolar, vão percebendo que a escrita não é desenho, são traços, riscos, linhas sinuosas, e, então, passam a “escrever” imitando essas formas arbitrárias (Soares 2020, p.61).

2 PRESCRIÇÕES CURRICULARES PREVISTA NA BNCC PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DO SISTEMA DE ESCRITA DE PORTUGUÊS

A Base Nacional Comum do Ensino Fundamental (BNCC) – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do Sistema de Escrita Alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201029:

> [...] os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes

> oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo (Brasil, 2010).

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento cognitivo, mediante os conteúdos que são elaborados e estudados, baseados em projetos pedagógicos capazes e eficientes, propiciando ao alunado a capacidade de ler, interpretar, criticar, decodificar e através da mediação do professor e por intermédio das unidades escolares, secretarias, comunidade escolar e órgãos competentes que estão atrelados ao Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, é possível garantir ao estudante o direito de ter acesso à educação básica.

Pesquisas baseadas em documentos oficiais como a bncc e também de acordo com os autores Vygotsky e Luria, sobre a pré-história da língua escrita, pesquisadores de várias áreas-da linguística, da psicolinguística, da psicologia cognitiva, das neurociências- vem se dedicando a caracterizar o desenvolvimento da criança em sua progressiva compreensão da escrita como uma representação dos sons da língua, não apenas como instrumento de apoio a memória. Dessa forma, a construção da língua escrita pela criança mostram que nesse processo, é preciso: a) diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos); b) desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura; c) construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão; d) perceber quais sons se deve representar na escrita e como; d) construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos; e) perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação, até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica.

LEMLE, Miriam (2001) já destacava em sua obra (Guia Teórico do Alfabetizador.) a importância de o professor reconhecer as fases de compreensão do sistema alfabético e ortográfico da criança, como a fase de escrita como transcrição da fala, quando se evidenciam características do dialeto do aluno, assim como da fase ortográfica, quando se trocam apenas pares possíveis dentro da ortografia da língua.

Morais (2003) torna ainda mais evidente as regularidades e irregularidades da ortografia da língua portuguesa, o que serve de parâmetro para o professor agir de maneira pontual no auxílio do aluno na apreensão da escrita.

Magda Soares (2021), considerando vários estudos como o de Ferreiro e Teberoski (1999), contribui ainda mais com o reconhecimento de que a aquisição da língua não é um processo fácil, tampouco simples, por isso, o educador precisa de todo o embasamento teórico possível para ele mesmo se apropriar das possíveis dificuldades que aluno terá em consequência das particularidades do sistema de escrita alfabético-ortográfica.

Nessa perspectiva:

> Compreender que a escrita representa esses padrões fonológicos da fala e não o seu significado, ou seja, os objetos aos quais ela se referência, é de fato uma tarefa muito difícil para crianças pequenas (Barrera & Santos, 2019, Nobre & Roazzi, 2011, p. 89).

Esse processo básico (alfabetização) de construção do conhecimento das relações fonográficas em uma língua específica, que pode se dar em dois anos, é, no entanto, complementado por outro bem mais longo que podemos chamar de ortografização, que complementará o conhecimento da ortografia do português do Brasil. Na construção desses conhecimentos, há três relações que são muito importantes: a) as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística); b) os tipos de relações fono-ortográficas do português do Brasil; e c) a estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica).

Compreende-se que por ser um sistema com dificuldades próprias, o ensino formal precisa ser direcionado de maneira a não negar ao aluno essa realidade, ao contrário, o educador deve ajuda-lo de forma mais consciente possível.

A seguir, temos o decálogo sugerido por Leal e Morais (2010) e Morais (2012), os quais descrevem dez propriedades fundantes para a compreensão de aspectos estruturais da escrita alfabética.

> 1. Escreve-se com letras que não podem ser inventadas que têm um repertório finito e que são diferentes de números e outros símbolos;
> 2. As letras têm formatos fixos e pequenas variações produzem mudanças nas suas identidades (p, q, b, d), embora uma letra assuma formatos variados (P, p, Q, q);
> 3. A ordem das letras no interior da palavra não pode ser mudada;

> 4. Uma letra pode se repetir no interior de uma palavra e em diferentes palavras, ao mesmo tempo em que distintas palavras compartilham as mesmas letras;
> 5. Nem todas as letras podem ocupar certas posições no interior das palavras e nem todas as letras podem vir juntas de quaisquer outras;
> 6. As letras notam ou substituem a pauta sonora das palavras que pronunciamos e nunca levam em conta as características físicas ou funcionais dos referentes que substituem;
> 7. As letras notam segmentos menores que as sílabas orais que pronunciamos;
> 8. As letras têm valores sonoros fixos, apesar de muitas terem mais de um valor sonoro e certos sons poderem ser notados com mais de uma letra;
> 9. Além de letras, na escrita de palavras, usam-se, também, algumas marcas (acentos) que podem modificar a tonicidade ou o som das letras ou sílabas onde aparecem;
> 10. As sílabas podem variar quanto às combinações entre consoantes e vogais (CV, CCV, CVV, CVC, V, VC, VCC, CCVCC), mas a estrutura predominante no português é a sílaba CV (consoante-vogal), e todas as sílabas do português contêm, ao menos, uma vogal (Morais, 2012, p. 51).

De acordo com questões muito debatidas e confirmadas cientificamente, a compreensão do sistema alfabético deve ser um aliado na formulação de metodologias de alfabetização de crianças. Resta saber se as prescrições governamentais estão alinhadas a estas descobertas acadêmicas e como a BNCC direciona os currículos para efetivarem a apropriação da língua escrita de forma a considerar a estrutura do português brasileiro.

3.1 A BNCC e suas diretrizes estabelecidas: As propostas para aprendizagens integral e as falhas de acesso a esses conhecimentos

A BNCC é um documento que está em alinhamento com o Plano Nacional de Educação (PNE) normatiza um conjunto de ações que deverão ser adotadas de forma sistematizada, contínua e gradual com o objetivo de desenvolver aprendizagens essenciais que todos os alunos deverão desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2020).

A aplicação da BNCC é exclusiva para a educação escolar, trata-se de uma definição legal preconizada pelo artigo § 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). As regulamentações possuem embasamento em princípios éticos, políticos e estéticos voltados a uma formação integral que vise a formação de uma sociedade justa, democrática e inclusiva em

consonância com os fundamentos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, 2013).

Há esforços do Governo Federal do Brasil, por meio de grandes investimentos, por intermédio do Ministério da Educação, de políticas educacionais que nos últimos anos têm contribuído para os avanços em educação na esfera pública.

Meios tecnológicos também possibilitaram diversos recursos pedagógicos para serem implementados no ambiente escolar, porém, principalmente no período da pandemia causada pelo Covid-19 e período pós-pandemia, foi possível observar as lacunas existentes no sistema educacional brasileiro. Por isso, a partir desse momento a educação das redes públicas no Brasil passou por intensas revoluções: primeiro, por ter que haver aulas na modalidade de ensino remoto; a segunda e a principal, por revelar o grande problema que provavelmente estava parcialmente “encoberto” e foi identificado mediante inúmeros problemas no quesito leitura e escrita, ou seja, foi possível verificar e analisar de forma geral a quão deficitária estava a alfabetização e como as crianças dos anos iniciais ficaram prejudicadas, com ressalva maior às crianças das escolas públicas por não possuírem e nem dominarem os recursos tecnológicos.

De acordo com essa realidade que ainda é presente, os órgãos responsáveis promoveram medidas e estão trabalhando com intensidade, planejando e implementando novas políticas assistenciais para alfabetizar as crianças, bem como promovendo formação a professores, além de outras políticas, para poder proporcionar educação com equidade como de fato as crianças precisam.

Baseado nessa contrariedade que tem repercutido negativamente no cenário escolar, foram criados alguns programas, como Brasil Alfabetizado que foi regulamentado pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e pelo Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022. Esse programa visa alfabetizar jovens, adultos e idosos, com o objetivo de garantir o acesso à educação e à cidadania.

Embora haja políticas, programas e fortes incentivos e investimentos na educação, ainda é comum as falhas no sistema de ensino que tem afetado no desenvolvimento cognitivo da criança e prejudicado no processo de alfabetização, isso se dá também devido a precariedade dos espaços escolares, carência de professores,

formação inadequada, entre outros problemas que afetam as crianças de classes populares e a sua permanência na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema referente a esse trabalho que buscou elucidar de maneira clara e objetiva a importância Entender a natureza alfabética do Sistema de Escrita Alfabética ; é a ferramenta principal que o professor possui para planejar o ensino de forma eficaz, para melhor compreender os padrões morfológicos da língua brasileira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Contexto, 2020. desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

LEAL, Telma Ferraz.; MORAIS, Artur Gomes de. O aprendizado do Sistema de Escrita Alfabética: uma tarefa complexa, cujo funcionamento precisamos compreender.

LEAL, Telma Ferraz. A aprendizagem dos princípios básicos do sistema alfabético: por que é importante sistematizar o ensino. [2004]. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/106861000/AAprendizagem-Dos-Sistemas Alfabéticos-Telma-Ferraz. Acesso em: 7 abr. 2018.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de. Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LEMLE, Miriam. Guia Teórico do Alfabetizador. 15. ed. São Paulo: Ática, 2001.

LEONTIEV, Alexis N.; LURIA, Alexander R.; VIGOTSKI, Lev S. Linguagem,

MORAIS, Arthur Gomes de. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2003.

BAGNO, Marcos. Variação linguística. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (orgs).

Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <http:
SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1995 (1916).
Soares, Magda. Alfabetização e letramento: caderno do professor / Magda Becker Soares; Antônio Augusto Gomes Batista. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
SOARES, Magda. Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
FERREIRO. Emília. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Lina Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.

- **A Formação Social da Mente:** VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Morais, J. (1996). A arte de Ler. São Paulo: Editora UNESP.
- CARDOSO-MARTINS, Cláudia. A consciência fonológica e a aprendizagem inicial da leitura e da escrita. Cad. Pesqui, p. 41-49, 1991
- SANTOS, M. J. & Barrera, S. D. (Orgs.). Como se aprende a ler e escrever: a
- compreensão do princípio alfabético. Aprender a ler e escrever: Bases cognitivas e
- práticas pedagógicas Volume 1. São Paulo: Vetor Editora

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013
SOARES, Magda Becker. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. 565 p. Disponível em: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file Acesso em: 10 jun. 2022.

»
http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Malena Oliveira Alho

O48p Oliveira Alho, MALENA.
O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ACORDO A NATUREZA ALFABÉTICA DO SISTEMA DE ESCRITA NO BRASIL / MALENA Oliveira Alho. — 2026.
18 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Maria do Socorro Alexandre Pereira
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2026.

1. Sistema de Escrita Alfabética; Alfabetização; Aprendizagem. 2. Malena Alho . 3. UFPA. I. Título.

CDD 371.01